



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

| | |
|--------------------|------------------------------|
| Ano | 2022 |
| Tp. Período | Anual |
| Curso | CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050) |
| Disciplina | 0193 - CONTABILIDADE PÚBLICA |
| Turma | CCM |

Carga Horária: 102

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Visão teórica dos fenômenos relacionados com a atividade financeira do Estado. Funções básicas do Estado. Meios para a manutenção do Estado. Serviço público: serviço privativo do estado - serviço de utilidade pública. Administração pública: organização político-administrativa. Organização da administração pública. Entidades de administração direta, indireta e serviços sociais autônomos. Estudo e evolução das entidades públicas sob o enfoque econômico, financeiro e patrimonial e seus sistemas de informações. A contabilidade pública e o campo de suas aplicação. Orçamento público. Exercício financeiro. O patrimônio das entidades públicas. Receitas e despesas públicas. Balanço e prestação de contas. Legislação específica aplicável.

I. Objetivos

Propiciar aos alunos o preparo necessário para atuar em entidades e/ou órgãos da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, no que diz respeito ao desenvolvimento de suas atividades regimentais com desenvoltura, segurança, criatividade e qualidade, fatores que implicam diretamente no resultado da gestão pública. Para isso, é apresentado ao acadêmico a legislação aplicável à Administração e Finanças Públicas e as normas técnicas de contabilização das operações, encerramento do exercício social e as respectivas prestações de contas.

II. Programa

1. INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE PÚBLICA
 - 1.1 Contextualização
 - 1.2 Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) – considerações iniciais
 - 1.3 Aspectos Orçamentário, Patrimonial e Fiscal da CASP
 - 1.4 Alcance e autoridade
 - 1.5 Características qualitativas
 - 1.6 Critérios gerais de Evidenciação nas Demonstrações Contábeis
2. LEGISLAÇÃO APLICADA AO SETOR PÚBLICO
 - 2.1 Lei 4.320/64
 - 2.2 Lei Complementar 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)
 - 2.3 O Decreto Lei 200/67 – Organização da Administração Federal
 - 2.4 NBC TSP – Estrutura Conceitual
 - 2.5 Lei 14.133/21 – Nova Lei das Licitações
 - 2.6 Exercícios
3. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS
 - 3.1 Introdução
 - 3.2 Princípios Orçamentários
 - 3.3 Receitas Orçamentária
 - 3.4 Etapas da Receita Orçamentária
 - 3.5 Despesa Orçamentária
 - 3.6 Etapas da Despesa Orçamentária
 - 3.7 Restos a Pagar
 - 3.8 Fonte/Destinação de recursos
 - 3.9 Exercícios
4. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS
 - 4.1 Introdução
 - 4.2 Elementos das Demonstrações Contábeis
 - 4.3 Mensuração de Ativos e Passivos
 - 4.4 Estoques – mensuração e evidenciação
 - 4.5 Ativo Imobilizado
 - 4.6 Ativo Intangível
 - 4.7 Redução ao Valor Recuperável
 - 4.8 Propriedade para investimento
 - 4.9 Receita de Transação com e sem Contraprestação
 - 4.10 Custos de Empréstimos
 - 4.11 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
 - 4.12 Exercícios
5. PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO (PCASP)
 - 5.1 Introdução
 - 5.2 Aspectos gerais
 - 5.3 Estrutura do PCASP
 - 5.4 Código da Conta Contábil
 - 5.5 Atributos da Conta Contábil
 - 5.6 Exercícios



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

| | |
|--------------------|------------------------------|
| Ano | 2022 |
| Tp. Período | Anual |
| Curso | CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050) |
| Disciplina | 0193 - CONTABILIDADE PÚBLICA |
| Turma | CCM |

Carga Horária: 102

PLANO DE ENSINO

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

- 6.1 Introdução
- 6.2 Balanço Orçamentário
- 6.3 Balanço Financeiro
- 6.4 Balanço Patrimonial
- 6.5 Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP)
- 6.6 Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)
- 6.7 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL)
- 6.8 Notas Explicativas às DCASP
- 6.9 Consolidação das Demonstrações Contábeis
- 6.10 Exercícios

7. PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ESPECÍFICOS

- 7.1 FUNDEB
- 7.2 Concessões de Serviços Públicos
- 7.3 Operações de Crédito
- 7.4 Regime Próprio de Previdência Social (RPPS)
- 7.5 Dívida Ativa
- 7.6 Precatórios em regime especial
- 7.7 Consórcios públicos

8. TOMADAS E PRESTAÇÕES DE CONTAS

- 8.1 Introdução
- 8.2 Responsáveis
- 8.3 Processos
- 8.4 Documentação
- 8.5 Tomada de Contas Especial
- 8.6 Controle Interno
- 8.7 Controle Externo

III. Metodologia de Ensino

Será utilizado o método do pluralismo metodológico, partindo-se, ora de um plano geral decrescendo-se até planos específicos; ora partindo de um plano específico até chegarmos a um plano geral sobre a Contabilidade Pública. Para atingir esse propósito, serão utilizados:

- a) Aulas expositivas em sala de aula;
- b) Discussões dos temas de forma individual ou em grupos;
- c) Trabalhos práticos.

IV. Formas de Avaliação

Visando avaliar os conhecimentos adquiridos pelos acadêmicos e promover a discussão dos temas propostos, o sistema de aprendizagem e avaliação consistirá em provas escritas e trabalhos práticos.

Em caso de necessidade de recuperação de nota no semestre, será solicitado ao acadêmico (a) um trabalho envolvendo um artigo científico, ligado à área da disciplina, consistindo de um exercício ou resenha a ser definido pelo professor e comunicado previamente ao acadêmico (a).

V. Bibliografia

Básica

BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4320compilado.htm. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm#view. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm. Acesso em 04/07/2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. NBC TSP – Estrutura conceitual. Disponível em: <https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTSPEC.pdf>. Acesso em 04/07/2021

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. Manual de contabilidade aplicada ao setor público. 8 ed. Ministério da Fazenda, 2019.

KOHAMA, Heilio. Balanços Públicos: teoria e prática. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2015

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. Contabilidade pública: uma abordagem da Administração Financeira Pública. 14 ed. São Paulo: Atlas, 2019.

SILVA, Lino Martins. Contabilidade governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2018



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

| | | |
|--------------------|------------------------------|---------------------------|
| Ano | 2022 | |
| Tp. Período | Anual | |
| Curso | CIÊNCIAS CONTÁBEIS (050) | |
| Disciplina | 0193 - CONTABILIDADE PÚBLICA | Carga Horária: 102 |
| Turma | CCM | |

PLANO DE ENSINO

Complementar

BRASIL. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm. Acesso em 16/02/2020.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 04/07/2021.

BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14133.htm. Acesso em 04/07/2021.

MACHADO JUNIOR, J. Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. A lei 4.320 comentada e a Lei de Responsabilidade Fiscal. 31 ed. Editora: IBAM, 2003.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DECIC/G
Tp. Documento: Ata Departamental
Documento: 007/2022
Data: 13/07/2022